ANEXO I

(ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
n.º CP/411/DFQ/2017)

**Ações e cursos a desenvolver no âmbito do programa
de formação de recursos humanos**

Ações de formação/Cursos

- 1 — 14.º Congresso Técnico-Científico de Andebol
- 2 — N.º 1/III/2016
- 3 — Ação de Formação de Licenciamento — EHF Master Coach
- 4 — N.º 1/I/2016
- 5 — N.º 2/I/2016
- 6 — N.º 3/I/2016
- 7 — N.º 5/I/2016
- 8 — N.º 5/II/2016
- 9 — N.º 1/II/2016
- 10 — N.º 2/II/2016
- 11 — N.º 1/I/2017
- 12 — N.º 2/I/2017
- 13 — N.º 3/I/2017
- 14 — N.º 4/I/2017
- 15 — N.º 5/I/2017
- 16 — N.º 6/I/2017
- 17 — N.º 1/II/2017
- 18 — N.º 2/II/2017
- 19 — N.º 3/II/2017
- 20 — N.º 4/II/2017
- 21 — N.º 5/II/2017
- 22 — N.º 5/II/2017
- 23 — N.º 1/III/2017
- 24 — Seminário Técnico-Científico Internacional
- 25 — Seminário Técnico-Científico n.º 1 de 2017
- 26 — Seminário Técnico-Científico n.º 2 de 2017
- 27 — Seminário Técnico-Científico n.º 3 de 2017
- 28 — Seminário Técnico-Científico n.º 4 de 2017
- 29 — Seminário Técnico-Científico n.º 5 de 2017
- 30 — Seminário Técnico-Científico n.º 6 de 2017
- 31 — Seminário Técnico-Científico n.º 7 de 2017
- 32 — Seminário Técnico-Científico n.º 8 de 2017
- 33 — Seminário Técnico-Científico n.º 9 de 2017
- 34 — Elaboração de Manuais — Formação de Treinadores
- 35 — Ação de Formação para Árbitros EHF e IHF
- 36 — Ação de Formação para Árbitros Nível 3 e 4
- 37 — 1.º Curso de Árbitros de 2017
- 38 — 2.º Curso de Árbitros de 2017
- 39 — 3.º Curso de Árbitros de 2017
- 40 — 4.º Curso de Árbitros de 2017
- 41 — 5.º Curso de Árbitros de 2017
- 42 — Curso de Observadores
- 43 — Formação de Delegados Nacionais
- 44 — Curso de Árbitros de Andebol de Praia
- 45 — 1.º Curso de Diretores de Campo/Coordenadores de Campo
- 46 — 2.º Curso de Diretores de Campo/Coordenadores de Campo
- 47 — 3.º Curso de Diretores de Campo/Coordenadores de Campo
- 48 — 4.º Curso de Diretores de Campo/Coordenadores de Campo
- 49 — 5.º Curso de Diretores de Campo/Coordenadores de Campo
- 50 — Formação para Oficiais de Mesa — Minho
- 51 — Formação para Oficiais de Mesa — Porto
- 52 — Formação para Oficiais de Mesa — Beira Interior
- 53 — Formação para Oficiais de Mesa — Beira litoral
- 54 — Formação para Oficiais de Mesa — Ribatejo
- 55 — Formação para Oficiais de Mesa — Lisboa
- 56 — Formação para Oficiais de Mesa — Setúbal
- 57 — Formação para Oficiais de Mesa — Alentejo
- 58 — Formação para Oficiais de Mesa — Algarve

**Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
e Federação de Patinagem de Portugal**

Contrato n.º 683/2017

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
n.º CP/376/DDF/2017**

Atividades Regulares

**Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo
n.º CP/91/DDF/2017**

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º outorgante; e

2 — A Federação de Patinagem de Portugal, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 52/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na(o) Av. Almirante Gago Coutinho, 114, 1700-032 Lisboa, NIPC 501065326, aqui representada por Fernando Elias Claro, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º outorgante.

Considerando que:

A) O 1.º outorgante e o 2.º outorgante celebraram o Contrato-Programa n.º CP/91/DDF/2017, em 9 de maio de 2017, tendo por objeto a concessão de uma comparticipação financeira à execução do Programa de Atividades Regulares, que o 2.º outorgante apresentou ao 1.º outorgante e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano, o qual consta do anexo a este contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

B) O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 300/2017, no *Diário da República* n.º 100/2017, 2.ª série, de 24 de maio de 2017;

C) Nos termos do disposto da cláusula 12.ª do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017 «o presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro»;

D) Face ao exposto, verifica-se necessário proceder a um reforço da comparticipação financeira de forma a garantir o cumprimento o programa de atividades apresentado pelo 2.º outorgante, nomeadamente nas ações previstas para o projeto Seleções Nacionais e Alto Rendimento;

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/91/DDF/2017, tem por objeto reforçar a comparticipação ao encargos com a execução do programa desportivo de Atividades Regulares apresentado pelo 2.º outorgante, bem como produzir alterações à distribuição das verbas a participar.

Cláusula 2.ª

**Alteração da alínea c) do n.º 1 da Cláusula 3.ª
do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017**

1 — A comparticipação financeira indicada no n.º 1 da Cláusula 3.ª — Comparticipação financeira — do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017 é acrescido de 100.000,00, fixando-se em 905.120,00 €.

2 — O n.º 1, da Cláusula 3.ª, do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017, celebrado em 9 de maio de 2017 passa a ter a seguinte redação:

«Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º outorgante, ao 2.º outorgante, para apoio exclusivo à execução do programa desportivo referido na cláusula 1.ª, é no montante de 905.620,00 €, com a seguinte distribuição, sem prejuízo do estabelecido no n.º 2, infra:

a)	
b)	
i)	
ii)	

c) A quantia de 524.620 €, destinada a participar exclusivamente a execução do projeto de Seleções Nacionais e Alto Rendimento do 2.º outorgante.»

Cláusula 3.ª

Alteração da Cláusula 4.ª do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017

1 — O n.º 1, da Cláusula 4.ª, do contrato-programa n.º CP/91/DDF/2017, celebrado em 9 de maio de 2017 passa a ter a seguinte redação:

«Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A participação referida do n.º 1, da cláusula 3.ª é disponibilizada mensalmente, nos seguintes termos:

Mês	Programa de Atividades Regulares
Janeiro	64.583,00 €
Fevereiro	64.583,00 €
Março	64.583,00 €
Até 15 dias após entrada em vigor	67.931,00 €
Maio	67.930,00 €
Junho	67.930,00 €
Julho	67.930,00 €
Agosto	67.930,00 €
Setembro	167.930,00 €
Outubro	67.930,00 €
Novembro	67.930,00 €
Dezembro	67.930,00 €
<i>Total</i>	905.620,00 €

Cláusula 4.ª

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Assinado em Lisboa, em 20 de setembro de 2017, em dois exemplares de igual valor.

20 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação de Patinagem de Portugal, *Fernando Elias Claro*.

310805095

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
e Federação Equestre Portuguesa

Contrato n.º 684/2017

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
n.º CP/435/DDF/2017**

Eventos Desportivos Internacionais

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º Outorgante; e

2 — A Federação Equestre Portuguesa, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 15/94, de 18 de março, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 78, de 4 de abril, com sede na(o) Av. Manuel da Maia, 26 — 4.º Dtº, 1000-201 Lisboa, NIPC 501678220, aqui representada por Luis Manuel Cidade Pereira de Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º Outorgante.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro — Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto — e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo — em conjugação

com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma participação financeira à organização pelo 2.º Outorgante do Evento Desportivo Internacional designado Concurso Dressage Internacional 3 Estrelas (CDI 3*), Lisboa — Sociedade Hípica Portuguesa, nos dias 29 de setembro a 1 de outubro de 2017, conforme proposta apresentada ao 1.º Outorgante constante do Anexo II a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 2.ª

Período de execução do programa

O período de execução do programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — Para a organização do Evento Desportivo referido na Cláusula 1.ª supra, constante da proposta apresentada pelo 2.º Outorgante, é concedida a este pelo 1.º Outorgante uma participação financeira até ao valor máximo de 22.500,00 €.

2 — O valor final do apoio é determinado após análise do relatório final indicado na alínea *d*) da Cláusula 5.ª considerando as seguintes disposições:

a) No caso de imputação de despesas comuns a outros programas, o máximo elegível resulta da proporção entre o orçamento total do evento e o orçamento global do 2.º Outorgante para o ano corrente;

b) Na eventualidade do evento ser consubstanciado por associado(s) do 2.º Outorgante só são consideradas elegíveis as despesas daquele(s) associado(s) realizadas diretamente com a organização do evento;

c) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;

d) O valor final do apoio não pode ultrapassar 24,50 % das despesas efetivas e elegíveis com a organização do evento;

e) Esta percentagem inclui uma valorização na análise do evento de 0,50 % decorrente dos indicadores abaixo:

i) N.º de praticantes — 60 (0,50 %)

ii) N.º de países — 9 (0,00 %)

iii) Participação de praticantes de alto nível — (0,00 %)

Medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos — Não

Número de praticantes de alto nível — 0

iv) Transmissão direta — Não (0,00 %)

f) A percentagem indicada na alínea *e*) pode ser revista, de acordo com a tabela inserta no anexo I;

g) No caso de incumprimento da alínea *f*), da Cláusula 5.ª, o valor do apoio apurado nos termos das alíneas anteriores é depreciado em 2,5 %.

3 — O montante indicado no n.º 1 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental 04 07 01 — Transferências correntes — Instituições sem fins lucrativos.

Cláusula 4.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida no n.º 1. da Cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

a) 50 % da participação financeira até 30 (trinta) dias antes da data de realização do evento desportivo, correspondente a 11.250,00 €;

b) 50 % da participação financeira, correspondente a 11.250,00 €, em 2017, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea *d*) da Cláusula 5.ª infra e obtida a respetiva validação positiva por parte do 1.º Outorgante.